

Carta de Araraquara

Doris Accioly e Silva;
Marilda da Silva;
Roseane Costa Leite.

Como citar: SILVA, Doris Accioly e; SILVA, Marilda da; LEITE, Roseane Costa. Carta de Araraquara. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 151-156. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p151-156>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CARTA DE ARARAQUARA

Doris Accioly e SILVA¹

Marilda da SILVA²

Roseana Costa LEITE³

Os educadores, funcionários e alunos do Campus de Araraquara da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, universidade que, ao lado da USP e da UNICAMP, responde diretamente por 50% da produção científica brasileira, têm desenvolvido reflexões, durante o atual movimento grevista, acerca da situação inaceitável em que se encontram as instituições do ensino público em todos os níveis no Estado de São Paulo e no país. Para que seja possível compreender a importância e a pertinência de nossas reivindicações, é necessário historiar as causas fundamentais da crise que atravessa o ensino público.

A destruição planejada e sistemática da rede pública de ensino não é um fato apenas dos dias de hoje, tampouco está isolada de um projeto político que se vem desenhando para a nação brasileira desde a ditadura militar. Naquele momento ela se deu pela repressão direta; dá-se agora de forma sub-reptícia, porém não menos danosa, imposta pela lógica onipresente do mercado. Isso fica claro nas palavras, escritas há onze anos, do saudoso professor Maurício Tragtenberg, na introdução ao livro de Max Weber sobre a universidade:

[...] Weber coloca em discussão a questão da universidade além dos acanhados limites da reprodução, a universidade como espaço de crítica, sem a qual não há ciência. Se houve instituição que durante o período da ditadura militar sofreu arranhões

¹ Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara.

² Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara.

³ Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Campus de Araraquara.

profundos em sua dignidade acadêmica, foi a universidade brasileira. Quando a razão da força sobrepôs-se à força da razão, inúmeros professores e pesquisadores foram cassados, outro sem-número de docentes sofreu cassações ‘brancas’; a avaliação dos currículos dependia de parecer de Assessorias de Segurança e Informação que não constavam dos processos de contratação. Foi quando a delação se constituiu para muitos em estratégias de ascensão universitária. O resultado foi a proliferação de faculdades isoladas pelo país, sem tradição de pesquisa, onde democratização do ensino se converteu em ensino pago. (WEBER, 1989. p. 7)

Os acordos MEC-USAID já explicitavam, na década de sessenta, durante a ditadura militar, a subjugação da política educacional brasileira aos interesses do grande capital, que reserva aos países em desenvolvimento uma inserção subalterna no quadro mundial das relações culturais, econômicas e políticas. Nesse quadro de dominação, aos países como o Brasil cabe o papel de importadores de tecnologia defasada ou obsoleta dos países centrais (vide as usinas nucleares de Angra) e nunca o de produtores de conhecimento, que lhes possibilitem a construção de um projeto autônomo voltado para as necessidades nacionais. Criou-se um consenso, fortalecido pela mídia, acerca da ineficiência do setor público, da excelência do setor privado e da liberdade de mercado. A rigor, não há liberdade de mercado num capitalismo de monopólios, em que a livre concorrência e a livre oportunidade só existem na propaganda ou na realidade restrita de cerca de 1% da população mundial. Esse *consenso fabricado* (Chomsky) precisa fazer crer que o Estado está falido, para justificar os cortes permanentes nos investimentos sociais, que abandonam milhões de pessoas à miséria e à exclusão.

A partir da ditadura militar e no decorrer da redemocratização, a degradação das condições de trabalho no ensino público encontra nas perdas salariais sua expressão mais clara. Tal degradação traduz-se pelo êxodo de professores rumo às instituições privadas, professores que, em sua maioria, foram formados pela mesma universidade pública que hoje se encontra ameaçada por fatores como: as restrições impostas à política de contratação de

novos professores, ocasionando problemas de funcionamento e qualidade dos cursos; o corte drástico nos recursos destinados à pesquisa, atingindo a política de bolsas para alunos e docentes; as dificuldades de manutenção da estrutura física e dos recursos indispensáveis ao ensino nas instituições acadêmicas (atualização de bibliotecas, por exemplo). Cabe lembrar que foi através da desvalorização dos salários do ensino fundamental e médio que esses níveis de ensino começaram a ser sucateados nas últimas décadas, causando prejuízos sociais inestimáveis como, por exemplo, o impedimento, imposto a grandes contingentes das classes desprivilegiadas, de um dos únicos canais de ascensão social, numa sociedade desigual como a brasileira, subtraindo à nação a possibilidade de afirmar-se com autonomia no quadro mundial.

Ao longo da década de 90, prossegue o atrelamento das políticas sociais e educacionais às diretrizes dos grandes organismos financeiros internacionais, reafirmando a ordem do *globalitarismo*, conceito criado com muita propriedade pelo professor Milton Santos. A política educacional e os termos a ela agregados – modernização, qualidade e democratização – possuem sentido preciso e exprimem o projeto político que se implementa no Brasil: a proposta de *inserção passiva*⁴ do país no processo de internacionalização dos mercados, que prevê os chamados “ajustes estruturais”, preconizados por um modelo econômico hegemônico, de corte neoliberal, recomendado pelos organismos financeiros internacionais. O programa de reformas visa implementar a abertura do mercado, a privatização e descentralização do setor público e a desregulamentação do trabalho; busca, ainda, a reforma do Estado rumo a um Estado mínimo e a mudança nos padrões de gestão, segundo as modernas tendências do capital. Sua máxima é a da eficiência e racionalização, entendidas na estrita dimensão da relação custo-benefício. As recomendações do Banco Mundial priorizam apenas o ensino fundamental, abrindo campo, dessa forma, à privatização do ensino médio e do ensino superior. O gasto público em todos os níveis da educação, principalmente em educação

⁴ A expressão é de Fiori (1995).

superior, segundo o argumento do Banco Mundial, prejudicaria a equidade social, pois esse nível de ensino destinar-se-ia a setores privilegiados da população. Contrariando tais argumentos, pesquisas revelam que parcelas crescentes de estudantes, provenientes do ensino público, ingressam nas universidades públicas e não teriam acesso ao ensino superior, se precisassem pagar por ele. O que caracteriza a universidade pública é a indissociabilidade de pesquisa, docência e extensão de serviços; não se pode admitir que apenas o ensino fundamental seja responsabilidade da esfera pública, pois não se consegue a melhoria da educação sem pensá-la como um sistema integrado em seus diversos níveis.

Diante disso, os argumentos utilizados pelos governos estadual e federal, para justificar a destruição paulatina e organizada do ensino público, desmistificam-se, pois é evidente que a questão do financiamento da educação é acima de tudo uma questão política e não econômica, já que não faltaram recursos em grande quantidade aos setores considerados prioritários para a reprodução do capital, principalmente o setor financeiro. Isso pode ser constatado também pelas inúmeras matérias veiculadas pela imprensa nos últimos anos e pelas pesquisas acadêmicas ou de cunho extra-acadêmico. Tais estudos e a própria historiografia crítica produzida sobre o caráter do Estado brasileiro têm desvendado a imensa distância entre este último e a sociedade.

Nesse sentido, a repressão aos sem-terra e aos índios, na festa dos 500 anos, bem como a violência policial contra estudantes, professores e funcionários públicos ocorrida na Avenida Paulista, no dia 18 de maio último, foi a reafirmação da natureza autoritária dos “Donos do Poder”, analisada por um de nossos maiores pensadores, Raymundo Faoro. Essa atitude desvela os limites reais da democracia vigente em nosso país e os limites reais do estado de direito, alardeado pelos governos federal e estadual. Quando os movimentos sociais se fazem ouvir, os nossos “mandarins” os desqualificam, acusando-os de corporativistas, arcaicos ou baderneiros; este termo, tão caro à ditadura militar, está novamente sendo desfraldado por nossos governantes e pela mídia a eles atrelada. A seguinte reflexão do mestre Florestan Fernandes, feita

em 1964, numa carta dirigida ao Tenente-Coronel que foi detê-lo, é de aguda atualidade:

Não somos um bando de malfeitores. Nem a ética universitária nos permitiria converter o ensino em fonte de pregação político-partidária. Os que exploram meios ilícitos de enriquecimento e de aumento do poder afastam-se cuidadosa e sabidamente da área do ensino. Em nosso país, o ensino só fornece ônus e pesados encargos, oferecendo escassos atrativos, mesmo para os honestos, quanto mais para os que manipulam a corrupção como um estilo de vida. (O LIVRO NEGRO DA USP, 1979, p. 25-6)

Há que se resistir, portanto, a qualquer forma de totalitarismo, seja ele explícito ou velado.

Os educadores, funcionários e alunos do Campus de Araraquara da UNESP encerram esta carta, lembrando que há valores que não são nem modernos nem arcaicos, mas permanentes. Nem específicos ou localizados, mas universais. A defesa do ensino público como direito coletivo, da justiça social e da dignidade humana são bens infinitos pelos quais sempre valerá a pena lutar.

Araraquara, 24 de maio de 2000

Referências

FIORI, J. L. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 43, CEBRAP, 1995.

O LIVRO negro da USP. São Paulo: Brasiliense, 1919.

WEBER, M. *Sobre a universidade*. São Paulo: Cortez, 1989.